

# A recriação “atlântica” do processo colonizador português. A revista *Atlântico* (1941-1945)<sup>1</sup>

Alex Gomes da Silva

Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo, bolsista da FAPESP.

**Resumo:** A revista *Atlântico* foi parte integrante de um projeto maior açambarcado por Portugal e Brasil no começo da década de 1940. Para sermos mais precisos, 1941 é o ano da assinatura do acordo cultural luso-brasileiro que resultou, dentre outros elementos, na idealização de um projeto cujo cerne assenta-se na criação de uma revista de “cultura” e “arte”. Desse processo, surge *Atlântico*, revista que deve seu nome ao intento de “encontrar uma palavra suficientemente elástica, ondulante, para sintetizar o vago e o concreto das nossas aspirações, o sonho e a realidade do nosso ideal”, segundo as palavras de um dos seus diretores, António Ferro. Fundada em 1942, a revista *Atlântico* tem como propugnadores o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) de Portugal, António Ferro, e o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes. O presente artigo pretende discutir a idéia defendida por seus articulistas de que a “natureza” da revista *Atlântico*, isto é, por ser um periódico de “cultura, de literatura e de arte”, “abstêm-se de tratar dos problemas sociais, políticos ou econômicos do mundo moderno, até quando dizem respeito à vida do Brasil ou de Portugal”. A recriação do processo de colonização português pelas páginas que configuram a publicação consiste em um profícuo canal pelo qual a discussão acima proposta pode ser conduzida.

**Palavras-chave:** Salazarismo, Vargasismo, Revista Atlântico, DIP, SPN/SNI, Política exterior e cultura

**Abstract:** The *Atlântico* magazine was part of a larger project encompassed by Portugal and Brazil in the early 1940's. More precisely, in 1941 is signed the Luso-Brazilian culture agreement that resulted, among other elements, in the idealization of a project based on creating a magazine of “culture” and “art”. From this process arises *Atlântico* magazine, which owes its name to the attempt of “finding a word sufficiently elastic, undulating to synthesize the vague and concrete of our aspirations, dreams and the reality of our vision”, in the words of one of its directors António Ferro. Founded in 1942, the *Atlântico* magazine has had as proponents, António Ferro, the director of “Secretariado da Propaganda Nacional” (SPN) (Director of the Bureau of Propaganda Nacional) of Portugal and the director of the brazilian “Departamento de Imprensa e Propaganda” (DIP) (Department of Press and Propaganda), Lourival Fontes. This article aims to discuss the idea defended by its writers that the “nature” of the *Atlântico* magazine is to be a journal of “culture, literature and art”, “avoiding dealing with social problems, political or economic in the modern world, even when they concern to life in Brazil or Portugal”. Rebuilding the Portuguese colonization process through the pages of the review consists in a fruitful path through which this discussion may be conducted.

**Keywords:** Salazarismo, Vargasismo, Revista Atlântico, DIP, SPN/SNI, Foreign police, culture

Por que chamamos “atlântico” à nossa revista, por que somos tão ambiciosos? É porque precisávamos de encontrar uma palavra suficientemente elástica, ondulante, para sintetizar o vago e o concreto das nossas aspirações, o sonho e a realidade do nosso ideal. Que fizemos, portanto? Juntamos a palavra brasilidade à palavra lusitanidade, duas luminosas parcelas, e obtivemos, sem custo, este resultado, esta soma: Atlântico (...). Existe o Brasil, existe Portugal, duas nações livres, independentes, por graça de Deus e dos homens. Mas também existe, sonoro búzio onde se repercute a voz da raça, o mare nostrum, o Atlântico, pátria maior, pátria infinita (...) Qual o nosso objetivo? Qual o nosso programa? Revelar Portugal novo aos brasileiros. Revelar o novo Brasil aos portugueses. Para nos conhecermos cada vez melhor, para nos entendermos definitivamente, para nos respeitarmos, não devemos ter a preocupação de nos mostrarmos iguais mas diferentes. Porque só essa diferença de planos no mesmo pano de fundo (sentimentos iguais mas estilo e ritmo próprios) nos poderá igualar e engrandecer na harmonia dos contrastes que se fundem, na afirmação magnífica, sem lisonjas nem subserviências, da nossa idêntica força criadora. Uma raça, duas nações, um mundo, eis a nossa legenda, a nossa bandeira!...

António Ferro<sup>2</sup>

As propostas e os objetivos da revista *Atlântico* acima descritos foram elaborados pelo jornalista e político português António Ferro quando da publicação do primeiro número desse periódico, em maio de 1942. Não obstante a ausência de trabalhos sistemáticos sobre a revista *Atlântico*<sup>3</sup>, as páginas que configuram a publicação fornecem elementos que permitem aquilatar os seguintes aspectos: a caracterização precisa do periódico, na medida em que são expostos os nomes daqueles que encabeçam os setores de direção gráfica, artística e redação, bem como daqueles cuja tarefa vincula-se à direção da revista como um todo; tornar patente o número dos colaboradores e o material por estes veiculados, tendo em vista o fato de que todo o *corpus* documental difundido carrega, ao final de sua exposição, a rubrica dos responsáveis pela sua consecução. Ademais, ao veicular uma parcela da produção cultural dos países atrelados a sua criação, *Atlântico* permite a recriação de elementos significativos da época na qual se inseria. É oportuno ressaltar que o emprego do termo “parcela”, aqui assinalado no intuito de acentuar a natureza, assim como o montante das representações culturais que chegaram ao conhecimento do público-alvo do periódico, não se estabeleceu sob os cuidados de uma ação fortuita. Do contrário, converte-se no mais fundamentado cognitivo no que tange à constatação dos objetivos que se configuraram no cerne das aspirações dos propugnadores da revista *Atlântico*.

Fundada em 1942, conforme assinalado, a revista *Atlântico* surgiu de um “acordo cultural” firmado entre Portugal e Brasil, acordo esse assinado em 4 de setembro de 1941<sup>4</sup>. O local escolhido para a cerimônia de assinatura deste acordo foi o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, no qual compareceram, como agentes responsáveis pela sedimentação do trato, o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)<sup>5</sup> de Portugal, António Ferro, e o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes, cargos que ocupam, respectivamente, de 1933 a 1950, e de 1939 a agosto de 1942.<sup>6</sup>

Importa aqui transcrever os princípios que, segundo os idealizadores da revista, assentariam os objetivos do convênio estabelecido:

A fim de promover uma íntima colaboração entre o Brasil e Portugal por intermédio dos organismos oficiais a quem incumbe nos dois países a orientação dos serviços de propaganda, o Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, de Portugal (SPN), e o Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, do Brasil (DIP), para tanto devidamente autorizados pelos seus Governos, estabelecem o acordo seguinte.

A estas palavras, seguem os “artigos”, conforme se discrimina abaixo:

Artigo 1º

É criada na sede do SPN uma seção especial brasileira, da qual fará parte a título permanente um delegado do DIP e, reciprocamente, na sede do DIP, uma seção especial portuguesa, da qual fará parte um delegado da SPN.

A estas seções incumbe, de maneira geral, assegurar e promover, pelos meios ao seu alcance, tudo o que possa concorrer para tornar conhecida, respectivamente, no Brasil e em Portugal, a cultura dos dois países.

Artigo 2º

Para os efeitos do artigo anterior, as duas seções criadas por este acordo promoverão especialmente (...) <sup>7</sup>

Dentre os subitens estabelecidos pelo segundo artigo figuram: o intercâmbio, entre os dois países, de artigos inéditos, bem como de fotografias; o livre passe em Portugal e no Brasil de escritores, conferencistas e jornalistas; orientação comum quanto ao noticiário sobre os países; e a criação de uma revista denominada “Atlântico”, pela qual teria guarida o intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil, na

medida em que congregaria escritores de ambas as nações.

O olhar sobre os demais elementos suscitados pelo “acordo cultural” revela o escopo maior dos objetivos açambarcados: troca de livros entre os países; permuta de criações artísticas, bem como de produções cinematográficas; estudo das tradições folclóricas de ambos os países; e, por último, “a criação de um prêmio pecuniário” destinado ao melhor trabalho, seja este de cunho artístico, literário, histórico ou científico, pois acima das classificações de gênero residiam os interesses comuns que as publicações ovacionadas podiam despertar. Dessa forma, pode-se entrever que a criação da revista *Atlântico* circundou as linhas mestras de um projeto cultural luso-brasileiro de caráter mais amplo, embora não seja erro afirmar que por sua natureza a revista congregou todas as cláusulas que perfizeram a consecução do “Artigo 2º”, conforme exposto sumariamente em linhas anteriores.<sup>8</sup>

Feitas estas considerações, torna-se imprescindível tecer alguns comentários no que concerne especificamente ao corpo estrutural da revista em questão.

Em maio de 1942 foi lançado o primeiro número da revista *Atlântico*, primeiro de uma série que se estendeu até o ano de 1945. Após esse período, vem a público uma “nova série”, cujos primeiros indícios fornecidos pela análise dessa série permitiram aquilatar a extensão temporal que abrange o período de maio de 1946 a junho de 1948. Esse intervalo marca, respectivamente, a edição do primeiro e do sexto número da referida nova série<sup>10</sup>. Neste ínterim, ocorreu a alternância de direção do periódico no que diz respeito ao caso brasileiro. Cumpre assentar que a direção ficou, simultaneamente, sob a égide de um português e de um brasileiro, dado esse que se estendeu por toda a trajetória da revista<sup>11</sup>. Assim, figuraram na direção da revista *Atlântico*, nos limites temporais estabelecidos pela presente pesquisa, as seguintes personalidades brasileiras: Lourival Fontes, Antônio Coelho dos Reis e Amílcar Dutra de Menezes, personagens que encabeçaram, em períodos distintos, a direção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Já no caso português, diferentemente do que se deu no Brasil, a direção coube apenas a António Ferro, que figurou nessa função ininterruptamente de 1942 a 1948, adentrando mesmo a nova série que veio a efeito em 1946. A secretaria da redação estava a cargo de José Osório de Oliveira, enquanto Manuel Lapa ocupou-se da direção artística.

Quanto a sua estrutura formal, *Atlântico* não apresenta uma divisão em seções. Em contrapartida, como forma de organização estrutural, a revista fora equacionada em “partes distintas”:

É nosso propósito, de fato, dar, na primeira parte de cada número, uma série de ensaios ou

estudos, ordenados logicamente por assuntos, de forma a fornecer uma idéia, não de cada país, mas de alguns dos seus aspectos fundamentais. Na segunda parte, consagrado à poesia e a novelística, propomo-nos dar, em cada número, uma antologia poética (ordenada por gerações, quando não se imponha a razão da harmonia) e uma escolha de obras de ficção representativas da literatura atual, de cada país. Sendo o romance, a novela e o conto, talvez, aquelas formas de criação literária em que os brasileiros mais se distinguem hoje, falha, em grande parte, neste número, o nosso plano.<sup>12</sup>

Os temas veiculados versam sobre diversos assuntos do mundo cultural e artístico dos dois países. No entanto, ao final de cada número, são expressas: considerações sobre o “Cinema português”; “Notas” explicativas, pelas quais se veicula uma errata e uma súmula contendo informações do próximo número; e “Documentos”, que tratam de informações atinentes a Portugal e Brasil.<sup>13</sup>

Vale realçar, da mesma forma, o conjunto dos autores cujas obras circularam nas páginas da revista *Atlântico*. Esta congregou escritores, jornalistas, políticos dos mais variados matizes. Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Otto Maria Carpeaux, Augusto Frederico Schmidt, Otávio Tarquínio de Sousa, Vinícius de Moraes, Cícero Dias e Lila Ripoll são alguns dentre os que compõem o rol de intelectuais brasileiros. Antonio Lopes Ribeiro, Adolfo Simões Müller (colaboradores integrados desde muito ao sistema de propaganda oficial do salazarismo), Fernanda de Castro, Aquilino Ribeiro, Daniel Filipe, José Régio integram a falange portuguesa na revista.<sup>14</sup>

O objetivo primordial desta pesquisa, tendo por nota os elementos acima expressos, foi identificar – por meio dos colaboradores e da análise do material veiculado, atentando para o tipo do material e a maneira como é apresentado no corpo da revista – a “natureza” da revista *Atlântico*, tendo em vista a idéia defendida por seus articulistas de que a “natureza” da revista *Atlântico*, isto é, por ser um periódico de “cultura, de literatura e de arte (...) abstêm-se de tratar dos problemas sociais, políticos ou econômicos do mundo moderno, até quando dizem respeito à vida do Brasil ou de Portugal”<sup>15</sup>. Parte-se aqui da hipótese de que a suposta “neutralidade” frente aos assuntos relativos ao cenário nacional e internacional fora, de fato, uma forma de manter e salvaguardar os aspectos que conferiam base aos projetos político-ideológicos construídos pelas nações partícipes no projeto de consecução da *Atlântico* (tendo por base o contexto histórico que a engendrou).

A análise sistemática dos números selecionados da revista *Atlântico* foi empreendida de maneira evidenciar os traços do projeto político presente nas proposições que se julgavam de ordem eminentemente culturais e “espirituais”, visando à criação das condições pertinentes ao entendimento da

dinâmica<sup>16</sup> tanto do grupo responsável pelo projeto de criação da revista quanto dos intelectuais que posteriormente passaram a colaborar nessa publicação.

Partindo do fato de que em torno da revista *Atlântico* reuniu-se um grupo heterogêneo de intelectuais, pretendeu-se perscrutar e entender como se configura a presença simultânea, em alguns números da revista, de intelectuais dotados de visões políticas díspares, em alguns casos contrários ao regime político, tendo em vista o fato de *Atlântico* ser uma revista de cunho oficial, engendrada num período que exigia, frente ao conflito mundial, um “rearranjo” de medidas, (o que determinou, em meio a uma maré de acontecimentos, a declaração de guerra do Brasil aos países integrantes do eixo, e impeliu Portugal a optar pela política de “neutralidade”, entre 1942 e 1943)<sup>17</sup>.

É preciso salientar ainda que o objetivo não se coaduna à elaboração de uma história da revista *Atlântico in loco*. Optamos, sim, por inscrevê-la numa análise capaz de privilegiar a articulação entre os elementos internos que a compõem (material, forma de difusão, intelectuais participantes, etc.) e os elementos externos (espaço político-social, ambiente de produção), considerando-se o fato de que ela é, duplamente, fruto das experiências e expectativas do seu tempo e mecanismo capaz de engendrar e difundir uma determinada leitura de mundo.<sup>18</sup>

Assim, a revista *Atlântico* teria, como defendido por seus articulistas, mantido uma posição de *neutralidade* até mesmo frente aos acontecimentos políticos de ordem luso-brasileira ou, do contrário, teria conferido uma roupagem artístico-cultural aos seus projetos políticos, norteando-se, portanto, por uma medida usual aos regimes autoritários, enfeixando seus esforços na tentativa de alicerçar no meio social uma leitura do mundo condizente com os anseios do Estado (leitura essa ancorada na ideologia autoritária e, por isso mesmo, alvo de críticas em nível mundial)<sup>19</sup>?

No rastro destas observações, cumpre sublinhar o fato de que uma miríade notável de trabalhos compôs o perfil mantenedor do aparato ideológico dos regimes de Vargas e Salazar. A consonância com esses regimes ganha nítidos contornos se levarmos em consideração a incidência de temas cujos alicerces foram balizados nos elementos oriundos do núcleo da propaganda autoritária. Elogio à forma administrativa imperial<sup>20</sup>, bem como o elogio dos seus representantes, tanto em Portugal quanto no Brasil; concessão de relevo aos heróis nacionais; abordagem de momentos históricos que tiveram como cenário o período colonial; valorização das tradições referentes ao passado histórico português e brasileiro, assim como a noção de indissociabilidade das manifestações culturais em relação às causas nacionais que lhes conferem sentido, compreendem, portanto, o rol dos assuntos recorrentemente veiculados pelas páginas da

revista *Atlântico*. Importante aqui mencionar a ausência de trabalhos cujo enredo fosse ditado pela referência explícita e direta a fatos relativos ao período republicano português e brasileiro, bem como aos feitos empreendidos pelos presidentes republicanos durante vigência administrativa.<sup>21</sup>

No segundo número da *Atlântico*, a seguinte nota ganhou espaço em meio a publicação: “Esta revista, tendo só uma política: a luso-brasileira, não pode deixar de servir a ideologia nacional dos dois países (...)”. Mas, logo em seguida, o autor da assertiva sai em defesa dos princípios “espirituais” arrolados como balizas que ditam a orientação do periódico: (...) mas, sendo uma revista de cultura e de literatura, não pode, também, deixar de conceder, aos seus colaboradores, brasileiros ou portugueses, ampla liberdade de pensamento crítico ou de expressão literária.”<sup>22</sup>

Não seria impróprio matizar o fato de que a liberdade concedida aos “produtores de cultura”, mormente, neste caso, os que tiveram seus trabalhos divulgados pela *Atlântico*, foi impressa na lógica da criação vigiada, isto é, a produção seria livre desde que não concorresse para à formulação de noções críticas em relação ao Estado Novo.

Assim posto, cabe expor aqui os trabalhos, publicados no decurso da primeira fase, que permitem exemplificar – num exercício ditado mesmo pelo perfil veladamente assumido pela publicação, não obstante todas as menções com o fito de isentar o – seu cunho político<sup>23</sup> –, a inclinação da revista *Atlântico* no que toca precisamente em “servir” o aparato ideológico resultante do programa nacionalista português e brasileiro.

Já no número de lançamento, há a divulgação, via “Primeiros cantos do poema O Descobrimento”<sup>24</sup>, de Augusto Frederico Schmidt, da saga dos descobrimentos mediante a reconstrução poética do feito. Ainda em relação ao primeiro número, temos Luís Chaves, com o texto “A alma coletiva do povo português”, o qual confere relevo às tradições portuguesas. No quinto número, em “Índices da Cultura Portuguesa Contemporânea”<sup>25</sup>, do mesmo autor, a ênfase recai sobre a análise do passado histórico português.

Marcelo Caetano, jurista e político sucessor de Salazar na presidência do Conselho de Ministros, por seu turno, no texto “Inquietação e esperança”, tem como construto do seu texto elementos que permitem a exaltação da nação portuguesa. Sobressaem das linhas que o configuram um plêiade de noções que interagem com as instituições do regime autoritário português, uma vez que incita os “jovens portugueses” a seguirem os direcionamentos impostos pelo “chefe”. Em outras palavras, Marcelo Caetano defende que os jovens,

Certos de que só coletivamente e guiados por ideais que os superem poderão triunfar de quantos perigos futuros adivinham, pretendem uma *doutrina* e solicitam mestres que os ajudem a construí-la; estão prontos a submeter-se a uma disciplina *e aceitam o chefe que lha imponha*.<sup>26</sup>

Adiante, há a valorização de noções caras à tessitura ideológica de ambos os regimes: “Reconhecem no Estado ao serviço de valores éticos o meio de cumprir o destino nacional. Crêem na política. Mas como urgente objetivo da política, põem a realização da justiça social dentro dos princípios corporativos e cristãos.”<sup>27</sup>

Um considerável feixe de trabalhos enveredaram seus temas tendo em vista a análise de aspectos caros à promoção da pujança administrativa decorrente do regime imperial. Foi, portanto, tomando como veredito este pressuposto, por demais valorizado nos discursos estadonovistas, salve as especificidades e atributos particulares de cada um, que os responsáveis pela publicação da revista *Atlântico*, vinculados como eram, vale o reforço, à burocracia estatal, tornaram lícita a promoção de ensaios, poemas e artigos cuja problematização recaísse sobre fatos marcantes, ou apenas correlativos, ao período imperial, seja em Portugal ou no Brasil.

Tendo como norte esses aportes, é possível situar o texto “Filha de Rei”<sup>28</sup>, do professor, crítico e ensaísta brasileiro Afrânio Peixoto, como um trabalho confeccionado a partir dos aspectos que sustentavam a continuidade histórica dos regimes de Vargas e Salazar com a tradição imperial. Têm como eixo temático o período colonial, infundindo relevo ao cenário político imperial. O texto, de uma forma geral, versa sobre o passado imperial de Portugal e Brasil, do reinado de Dom João VI: “Mas política todos fazem. Dom João VI fez mais: fez vários e multiplicados benefícios culturais ao Brasil, simbolizados nesta Biblioteca Nacional, casa dos nossos livros...”<sup>29</sup>.

Propor como foco analítico os feitos de Dom João sexto, bem como as suas contribuições para o engrandecimento do reino do Brasil, é expor a ação dos portugueses no além mar, o que permite, em dupla mão, tanto o elogio da colonização portuguesa quanto da pujança do Brasil, o qual, embora tenha sido colônia portuguesa, este último estatuto lhe rendeu a grandeza dos atributos atuais.

Nesse contexto, o elogio da colonização portuguesa e a valorização da administração imperial são construídos por Afrânio Peixoto da seguinte maneira:

A Universidade de hoje é o livro. Uma biblioteca é um conjunto universal de faculdades...



A nossa Universidade chegou, fora de hora, mofina por isso, sem préstimo. Para quê? A verdadeira universidade fora criada, desde aqui chegou Dom João VI: é a nossa Biblioteca... o sabor do passado, o passado também português; o presente, edificando, instruindo, guiando... Bem haja, na memória dos homens, quem tanto bem nos fez...<sup>30</sup>

Atinente, de forma particular, às linhas de força do texto escrito por Afrânio Peixoto, e, de um modo geral, aos construtos ideológicos estadonovistas, sobretudo no que concerne à apologia às estruturas administrativas ancoradas na figura do chefe único, “D. Pedro II e os escritores portugueses”, de Hélio Vianna, ao passar em revista o passado imperial do Brasil permite a leitura que aponta para o fato de o interesse de Getúlio Vargas pela cultura portuguesa seguir, portanto, uma linha contínua que vincula o presente ao passado, sendo este exemplificado pela manifesta dedicação de D. Pedro II no que toca à leitura dos clássicos da literatura portuguesa:

João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, Antonio Feliciano de Castilho e Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo – a brilhantíssima trindade do romantismo português, aparece, necessariamente, no Arquivo do último Imperador do Brasil.<sup>31</sup>

Também de Afrânio Peixoto, “Outras 'viagens na minha terra'”<sup>32</sup>, converte-se num estudo cujo foco incide na exaltação de um dos heróis da história portuguesa, Dom João de Castro. Em suma, trata-se de um estudo sobre a formação do império português que projeta luz ao entendimento dos grandes vultos nacionais, transmitindo a imagem de soberanos dados a relações afetivas com o povo e, ademais, patenteia a noção de que os grandes feitos nacionais foram projetados durante a vigência monárquica. Condscendente com a atribuição de positividade às façanhas desencadeadas pelos soberanos portugueses, “A 'Santa Catarina' de Domingos Carvalho”<sup>33</sup>, de Soroa Filho, versa, de forma exaustiva, sobre acontecimentos relativos ao período monárquico. Expõe um expressivo leque de nomes dos principais representantes do império português (Rainha Dona Leonor, D. Manuel, D. Sebastião, D. João III), espécie de antologia que pretende, ao que tudo indica, oferecer verossimilhança e excelência à galeria dos heróis nacionais.

No poema “Toada do mar oceano”<sup>34</sup>, do poeta português Mário Beirão, há a apresentação da época monárquica lusitana e do Brasil enquanto colônia desta nação. Toda a estrutura do poema é construída por meio da exaltação poética das navegações, bem como dos descobrimentos marítimos do povo português.

Em consonância com o poema de Mário Beirão, e, por conseguinte, com o ideário dos regimes, está o poema de Augusto Frederico Schmidt. “O Descobrimento”<sup>35</sup> é, na verdade, um poema que tem como foco o período colonial brasileiro, perfazendo uma longa recriação poética da saga dos descobrimentos, o que redimensiona o campo de ação tanto para a propaganda da colonização portuguesa, na medida em que expõe os feitos vultuosos do povo português, quanto para mostrar como o território brasileiro teve a sua história inscrita mesmo como uma continuidade da história iniciada pelos heróis da grande nação lusa.

Reportando-se a galeria dos heróis nacionais portugueses, a análise empreendida por Antonio Lopes Ribeiro, entusiasta do regime salazarista que dedicou sua obra cinematográfica à propaganda oficial do Estado Novo, “Gil Vicente representado agora”<sup>36</sup>, retrata as figuras cívicas da História de Portugal. Resgata as imagens dos heróis que converteram o nacional em arte, identificando-a ao contexto de sua produção, fazendo eco, portanto, à defesa empreendida por José Osório de Oliveira no que toca à relação entre cultura e atributos nacionais: uma obra tem seus prestígios quando é uma “manifestação do espírito nacional”<sup>37</sup>.

Em outros termos, é como se o caráter dos governos portugueses em converter a cultura em arma e expressão política fosse um dado histórico, que remonta à época de Gil Vicente, patenteando a imagem de continuidade entre o Império português e o Estado novo. Incita, ademais, as obras teatrais a agirem em confluência com o momento em que são produzidas, numa convocação da união de forças do teatro português – sabendo-se que os “sentimentos, os problemas do tempo, as modas e as idéias, os modos e o falar de cada época, são sempre de circunstância e, por isso mesmo, próprios do teatro” – com as instituições erigidas pelo salazarismo:

É que Gil Vicente sabia, com o poder divinatório próprio dos verdadeiros criadores, que ao Teatro compete produzir “obras de circunstância”, ajustadas aos acontecimentos e à época em que são levados à cena. Só assim o Teatro cumpre inteiramente a sua função social.<sup>38</sup>

António Augusto Esteves Mendes Corrêa, ensaísta, historiador e antropólogo português voltado ao estudo da formação social brasileira, em “Os portugueses quinhentistas e a sistemática etnológica do Brasil”<sup>39</sup>, enceta um estudo sobre o período colonial, no qual ganha corpo várias referências a Carta de Pero Vaz de Caminha. Hernani Cidade, professor, ensaísta, historiador, crítico literário português, por seu

turno, também fez incidir seu trabalho “Duas atitudes em face do Brasil”<sup>40</sup> na análise do período colonial, análise essa estruturada mediante o estudo da “atitude” de dois representantes das letras durante o período colonial brasileiro, D. Francisco Manoel de Melo e o Padre Antonio Vieira. Seguindo nessa esteira, “Viana da foz do Lima em 1534”<sup>41</sup>, de Artur Maciel, e “Angra em fins do século XVI”<sup>42</sup>, de Correia de Melo, cumprem uma parcela do programa ao terem como tônica fatos relativos ao período colonial.

O texto de José Lins do Rego, “O bom e o mau fialho”<sup>43</sup>, dar a entender que é malgrado o exercício de atacar um soberano: ”Um homem inútil, o Fialho que atacava o rei para mostrar que era capaz de desafiar os poderosos com a sua sátira mesquinha”<sup>44</sup>.

Ênfase semelhante foi conferida pelo romancista brasileiro Amando Fontes, em “Deputado Santos Lima”, o qual alude ao governo do chefe único. O trecho cuja alusão ganha corpo e, pois, o seguinte:

Tudo isso [“As estradas estavam de causar lástima. O povo murmurava, a oposição tomava corpo”], interrompeu Santos Lima, só acontece por culpa de seu pai [dialoga com Pedro, seu afilhado, filho de seu irmão Antonio]. Se Antonio não fosse tão teimoso, recusando sistematicamente assumir a direção política de Serra Azul, tudo marcharia de outro modo. Ele seria o *chefe único*, com direito de indicar prefeito, delegado, promotor. Mas não quer. Sempre a dizer que política não tem entranhas, que meu pai não se deu bem com ela, mais isso e mais aquilo.<sup>45</sup>

Mais adiante, a menção ao chefe único recebe nova proporção:

Você é moço, mas não faz mal. Precisamos, mesmo, é disso: sangue novo... Acho que você vai dar um chefe de mão cheia. E se gostar de política, não se limite ao nosso município. Estenda seu raio de ação. Quero vê-lo um chefe de zona, pesando nas eleições do distrito...<sup>46</sup>

O texto patenteia ainda a visão de que a vida política consubstancia uma carreira de árduos sacrifícios. Mostra, aliás, num tom eivado de referências ao momento político dos regimes varguista e salazarista, que o chefe não deve deixar-se “dominar pelo sabor de suas lutas, suas glórias passageiras”.<sup>47</sup>

“O significado histórico e artístico da Exposição de Retratos Portugueses do Século XVII”<sup>48</sup>, do escritor, historiador e crítico de arte Reynaldo dos Santos, oferece um quadro sobre as tradições

portuguesas representadas pelas pinturas do século XV e XVI, acentuando os caracteres que imprimem identidade própria às manifestações artísticas nacionais. Em outras palavras, avulta da apresentação um leque expressivo de considerações que filiam o texto às tessituras que projetavam luz, no seio do Estado Novo, à propaganda nacional e ao combate a elementos estrangeiros funestos:

É precisamente porque a pintura portuguesa dos séculos XV e XVI tem caracteres que a distinguem da escola em que se inspirou, e ainda mais da espanhola ou italiana, de que raras influências recebeu; é precisamente porque teve uma evolução própria de cerca de um século, através da qual assimila e nacionaliza os estrangeiros como um Henriques e cria as altas personalidades de um Nuno Gonçalves ou um Grão Vasco; é porque a sua escola, a sua cor, a sua luz e os seus fundos exprimem uma visão de sensibilidade próprias –, é, enfim, porque enche o País – de Norte a Sul – de uma tão fértil produção que ainda hoje se colheram mais de 700 tábuas só dessa época – que a *Escola Portuguesa de Pintura* tem títulos suficientes a uma existência autônoma na história geral da Arte, podendo ombrear e atingir mesmo níveis superiores aos da pintura francesa, inglesa, alemã ou espanhola da época.”<sup>49</sup>

Vale frisar ainda que o artigo trabalha com a arte apenas do período monárquico português, sem que se estenda, em cotejo, a análise para o período subsequente. Em consonância com essa abordagem, o trabalho literário de Ana de Castro Osório, escritora portuguesa considerada precursora da literatura infantil em Portugal, “Os narradores das lindas histórias”<sup>50</sup>, empreende o apelo à tradição, tendo como mote a valorização do passado histórico de Portugal. Além disso, concede-se relevo ao aparato conceitual cristão: “Mais tarde, muito mais tarde, quando renovei o encantamento de ouvir as histórias do velho Portugal (...)”<sup>51</sup>

Concedendo relevo às tradições e ao nacionalismo lusitano, “Musica espanhola e música portuguesa (paralelismo e divergência)”<sup>52</sup>, de Santiago Kastner, musicólogo inglês radicado em Portugal, consiste em um estudo de época que teve como fulcro a análise da música ibérica (séculos XV-XIX). Por versar sobre a tradição musical portuguesa, o estudo conflui num dos pontos esposados pelos regimes, qual seja, o estudo das tradições como forma de criar as bases do sentimento nacional.

“D. Sebastião”, do diretor português da *Atlântico*, também chefe do SPN, António Ferro, consiste em uma versão escrita de uma encenação teatral sobre o período monárquico português e a formação do

império lusitano. A saga de D. Sebastião (“figura histórica mas, sobretudo, alta criação poética da alma de uma raça”), a qual, com o desfecho ocorrido em Alcácer-Quibir, resultou na construção do mito do Sebastianismo<sup>53</sup>, é acompanhada de perto pelos versos do poeta português, sendo *Os Lusíadas*, portanto, entendido enquanto o construto teórico motivador das ações empreendidas pelo monarca.

Assim, no primeiro quadro da peça, chamado “O Poeta e o Lusíada”, vemos Luís de Camões lendo a D. Sebastião as “últimas estrofes do seu poema” e, por conseguinte, a reação por este manifestada:

Contagiado, iluminado pela recitação das estrofes heróicas do poema-filho, D. Sebastião sai de si próprio, da sua realeza, do seu trono e dirige-se à grande esfera que o magnetiza, onde a África o chama, como se estivesse disposto a abraçá-la, a erguê-la.<sup>54</sup>

Continuando, estreita a influência exercida pelo poema sobre os acontecimentos que levaram o monarca a não esquecer “o significado cristão da sonhada luta contra os infieis”:

Camões desapareceu com o último verso dos Lusíadas... Mas deixou aberto sobre o trono, como um apelo, o seu poema heróico. E é em frente desse poema, Livro de Horas da Pátria, que D. Sebastião, após ter colocado sobre ele a sua espada-cruz ou a sua cruz-espada, ajoelha-se e reza (...) Como se continuasse a ouvir os Lusíadas, ou talvez com a ambição de lhe juntar mais algumas estrofes, o rei ensaia, visiona a sua epopéia (...) sente-se a impaciência de cumprir o seu destino, de atacar sem demora o acampamento de Adbe-Alméliuqe, o rei moribundo.<sup>55</sup>

Ao revisitar a galeria dos “heróis” nacionais e, dessa feita, destacar a figura de D. Sebastião, António Ferro, ao conferir ênfase à análise desse monarca, concede reforço à apologia do soberano (chefe único) cujas ações conduzem os caminhos de toda uma nação. Camões, por seu turno, através de sua obra máxima, *Os Lusíadas*, apresentava-se, por exemplo, como componente dos mais proeminentes à criação de uma imagem favorável à colonização portuguesa:

E também as memórias gloriosas  
Daqueles reis que foram dilatando  
A Fé, O Império e as terras viciosas  
De África e de Ásia andaram devastando;  
E vós, ó bem nascida segurança

Da lusitana antiga liberdade,  
E não menos certíssima esperança  
De aumento da pequena cristandade.<sup>56</sup>

Eivado de uma argumentação fortemente marcada pela recuperação da época áurea da história portuguesa, o texto de António Ferro acima listado anuncia algumas das propostas que encerraram o conteúdo da propaganda nacionalista em Portugal após 1945. Surgindo sob os auspícios do impulso propagandístico do SNI, o filme “Camões”, de Leitão de Barros, produzido em 1946, reconstruiu, de forma épica, a saga literária do maior poeta português, fazendo observar que a pujança do poeta não prescindiu da situação política que lhe acolheu, isto é, das instituições monárquicas. Neste aspecto, o filme reforça o mito envolto na figura de D. Sebastião, o que aponta para a ideia do soberano, ou melhor, do chefe único, como capaz de realizar os mais altos desígnios nacionais – perfazendo a tradição o veículo para a consecução de tal investida.<sup>57</sup>

Do apelo ao nacional, “Programa de um estudo nacional”, de Álvaro Ribeiro, conclama os estudiosos a “promover o trabalho de síntese que permita reconhecer as bases teóricas da doutrina da nacionalidade.”, para tanto, alerta que “de pouco vale importar o espírito estrangeiro”<sup>58</sup>.

Concatenado à lógica que privilegiava a exposição de matizes nacionais, portanto, a um aspecto recorrente na *Atlântico*, “Biografia de Gonçalves Dias”, de Álvaro Lins, autor emblemático enquanto colaborador assíduo da *Atlântico*, configura-se em um estudo sobre um dos paladinos da literatura nacional brasileira. O autor faz o recorte preciso na trajetória literária nacional, da qual torna ilustrativa a literatura vinculada às causas nacionais: “Resta-nos reconhecer que foi a Gonçalves Dias que o destino concedeu o dom de uma missão poética excepcional em harmonia com uma época que permitia a sua realização”<sup>59</sup>.

Em outras palavras, convida os intelectuais dos anos 40 do século XX a trabalharem seus temas tendo como norte o momento cultural condescendente com a sua criação. No caso singular de Portugal e Brasil, o estudo de Álvaro Lins funciona, a bem da verdade, como um chamamento para que os intelectuais estabelecessem, sobremaneira, a confluência entre os seus temas e as tessituras urdidas no seio dos regimes autoritários, sendo a noção de patrocinadores da arte nacional associada tenazmente ao conjunto das atividades galardoadas por esses mesmos regimes.

Ao valorizar a atividade literária de Gonçalves Dias, o autor assim o faz por esta trazer à tona a justa medida da relação entre Brasil (nacionalidade) e Portugal (centro irradiador). Nesse sentido, estabelece ainda a aliança entre obra de arte e vida, valorizando e concedendo relevo ao patriotismo literário de

Gonçalves Dias, que denomina de “ficção literária”. De tudo isso, sobressai a idéia de que o intelectual deve criar pela nação, pela consciência coletiva que a conduz.

Nas “Notas” que se seguem ao final do primeiro número da revista *Atlântico*, há menção sobre o fato de que o Arquipélago de Cabo Verde “deverá estar representado em todos os números da *Atlântico*” – o que pode ser visto como uma forma de instrumentalizar uma visão favorável à percepção das “benesses” que se faziam crer residirem no bojo da colonização portuguesa<sup>60</sup>. A essas palavras, segue com a afirmação da política do Atlântico, e, para tanto, lança mão das idéias elaboradas por Gilberto Freyre na obra “O mundo que o português criou”. Assim, citando o sociólogo brasileiro, enfatiza o fato de que “o mundo luso-afro-asiático-brasileiro” ou a “unidade de sentimento e de cultura” que o povo português conseguira estabelecer em decorrência do processo de colonização<sup>61</sup> resultou, nas regiões colonizadas, como Ásia, África e Brasil, no desenvolvimento das “mesmas qualidades essenciais de cordialidade e de democracia social”.<sup>62</sup>

Cumprido ressaltar que seguidamente à palavra “social” José Osório de Oliveira fixara a seguinte nota explicativa: “social, repare-se bem”. Destarte, a ênfase pelo autor conferida ao termo “social” funcionaria, cumpre sublinhar, enquanto um exercício de demonstração e de defesa de um dos matizes que circularam no interior mesmo da crítica formulada pelos Estados autoritários, como Portugal e Brasil, à democracia liberal, pois à “democracia social” seria atribuído o encargo de corrigir e anular as “deficiências” presentes no demoliberalismo, tal como a “ditadura do indivíduo”.

Em resumo, a referida nota pretende afirmar a oposição entre, de um lado, a democracia liberal, traço representativo de repúblicas nodoadas pela “balbúrdia sanguinolenta”, e, de outro, a democracia social erigida pelo Estado forte.

Concatenado a esse quadro analítico, em “Sobre 'Casa Grande e Senzala” Álvaro Lins utiliza as idéias formuladas por Gilberto Freyre para engrossar o rol de possibilidades capazes de singularizar o processo de colonização portuguesa.

Sobre essa mesma perspectiva, o autor confecciona sua análise de forma a gerar o enaltecimento da presença de colonos portugueses em solo africano. Para tanto, parte do “êxito” da colonização americana pelos portugueses, tomando como modelo explicativo as idéias elaboradas pelo sociólogo brasileiro: “Mas a vitória do português no Brasil, explica o sr. Gilberto Freyre, não foi apenas militar ou mesmo técnica. Ela foi a consequência da sua predisposição para a missão colonizadora na América”.<sup>63</sup>

Continuando, ancorando-se ainda nesse pensamento, postulou, acerca dos portugueses: “povo sem

exclusivismo, sempre disposto a se misturar com outros povos, recebendo e transmitindo influências na África, na Ásia e na América.” No desfecho das palavras de enaltecimento da presença portuguesa no mundo, Álvaro Lins alinha a consecução de uma verdadeira democracia política no Brasil às raízes da nossa colonização, “no caráter especial do colonizador português”.<sup>64</sup>

Importa assinalar, no rumo dessas observações, que o desenrolar da Segunda Guerra acirrou o sentimento anticolonialista. Neste sentido, para um país colonialista como Portugal, a aliança com o Brasil convertera-se numa obra de fundamental importância para a propaganda da eficácia portuguesa no que concerne à administração das áreas coloniais. A nação a qual o Brasil transformou-se, considerado a “suprema criação de Portugal”, “glória de sua energia e do seu gênio político”, era vista como exemplo cabal da contribuição portuguesa ao desenvolvimento de algumas sociedades.<sup>65</sup>

Com isso, o pensamento freyriano, retomado pelas páginas da revista *Atlântico*, funcionou enquanto um dos elementos capazes de ovacionar a presença portuguesa nos territórios coloniais.

Junto com a reforma constitucional que transformou retoricamente o estatuto administrativo das colônias do ultramar, o governo de Salazar mobilizou gigantesco esforço de propaganda para justificar internacionalmente um país, uma nação de extensos territórios, extensas províncias que do Minho ao Timor faziam de Portugal um só território. É neste momento crucial que a obra e o pensamento de Gilberto Freyre tornaram-se instrumentos da máquina de propaganda salazarista. E isso não aconteceria à revelia de Freyre, muito ao contrário, acabou por aceitar de bom grado o papel de ideólogo salazarista e em alguns momentos foi percebido como um dos mais eficientes *cães de guarda* do Império.<sup>66</sup>

Assim, o regime salazarista saiu em busca de uma “arquitetura teórica” capaz tanto de legitimar a “tradição do colonialismo lusitano ao longo do tempo” quanto de situá-la numa “estrutura histórica diferenciada daquela ocorrida em outros países colonialistas.”<sup>67</sup>

A obra *Casa grande & senzala* inscreve-se na tradição que aponta para o “português como herói colonizador, portador de um conjunto específico de práticas de colonização que o tornam único na experiência histórica das colonizações”.<sup>68</sup> Com um pensamento prenhe de concepções fundadas na apreciação favorável à expansão portuguesa no Atlântico, Gilberto Freyre tem a sua produção integrada à propaganda referente às possessões ultramarinas.



Em *Integração portuguesa nos trópicos*, texto datado de 1958, Gilberto Freyre resume o que seria a “civilização lusotropical”, a qual aparece associada à definição de

uma cultura e uma ordem social comuns à qual concorrem, pela interpenetração e acomodando-se a umas tantas uniformidades de comportamento do Europeu e do descendente e do continuado do Europeu nos trópicos - uniformidades fixadas pela experiência ou pela experimentação lusitana – homens e grupos de origens étnicas e de procedências culturais diversas. Vê-se assim que é um conceito, o sociológico, de civilização lusotropical, de cultura e de ordem social lusotropicalis, que ultrapassa o apenas político ou retórico ou sentimental de “comunidade luso-brasileira”.<sup>69</sup>

Adensando a idéia de lusitanidade brasileira – o que funcionava como um adendo à noção que via na colonização portuguesa um processo cujo produto final estabeleceu a arquitetura de novas civilizações –, Gilberto Freyre, a partir do lusotropicalismo, criou as condições que permitiram acentuar as bases mantenedoras do vínculo entre Portugal e Brasil, vínculo esse que, de acordo a referida tese, tendo início com a colonização, estendeu-se ao longo do percurso histórico em decorrência desse mesmo fenômeno:

se politicamente Portugal é hoje uma nação separada do Brasil que é a sua projeção no Trópico americano, sob aspecto cultural os dois têm sido há mais de um século partes igualmente vivas da mesma realidade lusotropical, ainda em pleno desenvolvimento. Desenvolvimento na América e desenvolvimento na África; e sobrevivência no Oriente. De modo que estamos – ao que parece – diante de um processo de formação de um terceiro homem ou de uma terceira cultura – um homem simbioticamente lusotropical, uma cultura simbioticamente lusotropical – de que vem resultando uma realidade ainda inacabada; e que se tem formado por ter o Português ido ao extremo, em época decisiva para o seu desenvolvimento extra-europeu, de, como nenhum outro europeu até hoje, ter renunciado à sua pureza, quer étnica, quer cultural, a favor de formas híbridas de homem e de cultura, das quais vêm participando raças, ambientes e culturas tropicais transeuropeizadas pela presença, entre elas, do Português.<sup>70</sup>

Não obstante, é preciso entender a recepção da obra de Gilberto Freyre no ambiente marcado pelo governo de Salazar não apenas como uma afirmação intrínseca deste modelo de organização política, mas,

também, como um objetivo manifesto do sociólogo em afirmar os traços característicos da sociedade brasileira, pois, afinal, afeito e incontestado defensor do modelo pelo qual esta constituíra-se, qual seja, a partir do amalgamento de “raças”, numa formação plurirracial<sup>71</sup>, converteu essa defesa no núcleo que presidira o amplo espectro de questões propostas em suas obras.

Em síntese, se é certo afirmar que a ênfase conferida pelo Estado Novo português ao pensamento lusotropicalista de Gilberto Freyre deu-se, sobretudo, com o pós-guerra, quando o cenário exposto ao final do conflito, ventilando os ares da democracia liberal, bem como desnudando a violência assente no jugo de um povo sobre outro, tornou necessária a tomada de posição no sentido de difundir uma visão positiva do processo colonizador perfaz, de maneira semelhante, uma tese consistente apontar a revista *Atlântico* como um possível canal de criação e difusão de uma visão aquiescente a este processo.

Uma dentre as principais idéias justapostas ao objetivo maior manifestado pela propaganda colonialista supôs a singularidade do mundo ultramarino confeccionado pelo modo português de relacionar-se com povos alhures. Circunscrita ao núcleo desse argumento, ganhou corpo, pois, a percepção de que a expansão portuguesa resultou não na segregação de sociedades e sistemas culturais, mas, sim, na promoção de uma civilização de matriz lusa dotada de originalidade e caracteres próprios. Neste sentido, reabilitar as glórias atinentes ao “velho Império português” assinalou umas das tarefas a qual o Estado Novo converteu em regra: “O Império das glórias camonianas dos séculos XVI e XVII era permanentemente reabilitado (...) O Estado salazarista procurava a essência de si nas práticas ditas civilizadoras da velha conquista colonial”.<sup>72</sup>

Desta forma, fornecendo relevo às referências vinculadas ao conteúdo da obra de Gilberto Freyre, ganharam corpo na extensão dos números da revista *Atlântico* freqüentes alusões sobre a colonização portuguesa. Sob esse prisma, são diversos os pontos de convergência entre os textos, a destacar, por exemplo, as constantes alusões ao modo pelo qual os lusitanos empreenderam o trabalho de “povoar” regiões alhures.

Cabe anotar que a intensa difusão pelo periódico de temas relativos à colonização seguiu um programa sugerido pelos responsáveis por sua direção. Os aspectos que marcaram a parcela do programa literário da revista destinado apenas à divulgação de literatura colonial serviu, a bem dizer, enquanto um canal de criação e difusão de uma idéia positiva sobre a colonização portuguesa, o que, conforme assinala Rita Chaves, tinha por meta “incentivar, na metrópole e nas colônias, a produção de textos que, além do reconhecimento das terras invadidas, pudessem reforçar o que Raymond Willians chamou de 'estruturas de

sentimento”<sup>73</sup>.

Assim sendo, de acordo com o Secretário da Redação, José Osório de Oliveira,

Ao incluir no nosso programa a publicação, em cada número, de uma obra de literatura colonial: conto, novela ou capítulo de romance, que fixe um aspecto da vida africana, um episódio da ação colonizadora dos portugueses, uma figura ou um tipo do Império Colonial Português, não pensamos, também, no Mundo Português como expressão política, mas como mundo de cultura lusíada – patrimônio moral comum de portugueses, brasileiros e luso-descendentes.<sup>74</sup>

Logo em seguida surge, num tom incisivo e sem hesitações, a propaganda da colonização portuguesa no Brasil<sup>75</sup>, o que, por conseguinte, acarretaria a justificativa da colonização referente às possessões africanas:

Se a história da expansão portuguesa no mundo pode e deve considerar-se como herança indivisa de portugueses e de brasileiros, a própria história do Brasil independente deve ser, para os portugueses, como que o capítulo de uma história mais vasta: a história do Mundo Lusíada, que a todos os homens de cultura e de língua portuguesa pertence e deve interessar. Por haver essa compreensão recíproca, pode a Agência Geral das Colônias incluir nomes de brasileiros e assuntos luso-brasileiros no seu notável plano de edições comemorativas dos Centenários de Portugal. Centenários que, na verdade, eram também do Brasil, pois que só pela fundação do Reino de Portugal e pela restauração de sua independência, o Brasil pode ser como é: país católico, de língua portuguesa e de cultura lusíada, embora livre nação americana.<sup>76</sup>

O argumento central que sustenta a proposição acima encontra ressonância no poema “Baía”, de Paulo Silveira. Ode à colonização portuguesa, os versos retratam o período colonial, abordando os elementos que enfeixam o cerne desse processo, tal como a saga dos descobrimentos:

Terra do Monte Pascoal  
Baía de Todos os Santos,  
A primeira que Cabral  
Arrancou dos mistérios das águas atlânticas!

E foi audácia genital,  
Da brava gente lusitana  
Que violou a terra americana  
fecundando o solo brasileiro,  
Com a dança africana.<sup>77</sup>

Outros trabalhos, de uma forma geral, fizeram da presença dos portugueses no mundo uma constante do discurso literário veiculado pela *Atlântico*.

Assim, “O homem e a paisagem nos Açores”, do jornalista, escritor político e cronista açoriano Dutra Faria, faz o elogio à colonização portuguesa, destacando o papel desempenhado por Portugal nos Açores, inserindo o Brasil e as Ilhas Atlânticas no rol dos grandes feitos portugueses. Tratando das regiões de colonização portuguesa, explica:

Também das suas ilhas, situadas no cruzamento das grandes rotas atlânticas, é que, sem dúvida, lhe vêm o poder de adaptabilidade, a discreta sociabilidade, tanto mais cortês quanto menos expansiva, e, sobretudo, certa maneira inata de ser português sem nunca ser provinciano, sem nunca deixar de ser universal.<sup>78</sup>

Além de aproximar-se do pensamento freyriano, pelo uso de termos como “adaptabilidade” e “sociabilidade” para caracterizar a ação portuguesa no mundo, a análise pretendida pelo autor confere visibilidade à noção de comunidade luso-tropical: “Uma vez no Brasil, o homem açoriano, se olhava ao redor, não se podia sentir completamente expatriado.”<sup>79</sup>

“Paisagens de Angola”, do poeta e pintor português Neves e Sousa, constitui um relato pessoal do autor pelo qual descreve as impressões obtidas a partir do “contato direto” com os “negros e com a terra” de Angola quando designado para realizar o censo populacional dessa região. Como que patenteando o zelo e os préstimos dos portugueses em relação à África, observara que em algumas regiões os negros conservavam costumes oriundos do aparato simbólico local. Logo em seguida, assume a linguagem do colonizador ao caracterizar expressões da cultura africana:

Na Quissama, tive o que se pode chamar a sensação de *estar em África*. Não tinha ainda visto lugares tão selváticos (...) Vi batuques pagãos, com negros dançando, armados de zagaias compridas, e raparigas nuas, com guizos tilintando na cintura... Ouvei cânticos

bárbaros, entoados à luz das fogueiras que tingiam o céu da cor do sangue.<sup>80</sup>

“Índices da cultura portuguesa contemporânea”, de Luís Silveira, filólogo e crítico literário português, é um retrato fiel do pioneirismo português nas navegações e nos descobrimentos<sup>81</sup>, bem como no que concerne à colonização de regiões africanas, sabendo-se que um dos carros-chefe da propaganda ideológica do regime filiou-se à retomada de assuntos laudatórios da grandeza lusitana.

Conferindo o acabamento perfeito da aproximação entre Portugal e Brasil, Luís Silveira exulta que ambos os países formam “uma unidade léxica e histórica”. Da referência ao Quinhentismo, o autor, no fito de delimitar a forma pela qual a ação intelectual auferia espaço, desvela a análise na enfática percepção dos conflitos que tarjaram esse período:

No meio das inevitáveis cruezas da guerra, no desacerto de alguns e da venalidade de outros, o escritor português de quinhentos está sempre, intransigentemente, ao lado da justiça, da razão e do direito, como a consciência coletiva da nação.<sup>82</sup>

Pode-se considerar, portanto, a referência a um momento marcado por guerras e o conseqüente engajamento de escritores quinhentistas aos ideais coletivos advindos da consciência nacional como um convite, num cotejo com o cenário de 1940, aos intelectuais brasileiros e portugueses para atuarem nas fileiras institucionais dos Estados, isto é, instrumentalizarem politicamente o mundo das letras em função da ordem auspiciada pelos regimes salazarista e varguista.

No lastro dessas observações, a carga de positividade que seria possível imputar à colonização portuguesa na África é atestada pelo autor através da exposição, eivada de traços propagandísticos, de um seletorol de obras cuja temática incidira precisamente sobre essa questão. “Ilha Verde e Vermelha de Timor”, de Alberto Osório de Castro, “A Carta de Pero Vaz de Caminha”, publicada por Jaime Cortezão, “A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina”, de Hernani Cidade, e, por fim, “China”, de Camilo Pessanha, integram, pois, o grupo dos trabalhos que tiveram como cerne os matizes sociais caudatários da presença portuguesa em terreno africano:

Ilha Verde e Vermelha de Timor, A Carta de Pero Vaz de Caminha, A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina, China são quatro índices de alto valor da Cultura Portuguesa que valem, por si próprios, como obra de investigação, de moldes perfeitos, e

que, pela natureza do tema, tocam no que há de mais universal, mais grandioso, e mais belo na contribuição dos Portugueses para o progresso do Mundo.<sup>83</sup>

Neste sentido, a exposição de obras com o perfil acima indicado facultava, numa via de mão dupla, tanto a propaganda como a justificativa para a manutenção das possessões coloniais portuguesas, do que resultara o endosso à noção de que a dupla função de Portugal

como conquistador e colonizador é vista a partir do ideal da evangelização, onde a conquista, o domínio e a colonização são consequência de uma finalidade maior: a “cristianização dos povos”.<sup>84</sup>

É oportuno observar que a idéia de colonização enquanto expansão da cristandade constituiu elemento freqüentemente veiculado pelos órgãos responsáveis pela propaganda oficial do regime português, conforme se depreende da citação extraída de *O Império colonial português*, obra editada pela Agência Geral das Colônias e sob a chancela do Secretariado da Propaganda Nacional:

Separar a nossa expansão colonizadora da idéia missionária, Católica, que sempre a acompanhou seria negar a realidade. Seria também tornar incompreensível quanto fizemos e fazemos mais que nenhum outro povo colonizador para a elevação das populações dos territórios coloniais a que, por definição, por definição jurídica, chamamos “indígenas.”<sup>85</sup>

Nesta perspectiva, apresenta-se o texto de autoria do folclorista e etnólogo português Edmundo Correia Lopes, intitulado “Segundo capítulo de música negra”.<sup>86</sup> Neste, o autor teceu os seus argumentos tendo como pano de fundo a análise do folclore nas regiões de possessão colonial portuguesa. Outros, conferindo relevo a este tipo de abordagem, endossaram, de forma semelhante, uma dentre as várias perspectivas alentadas pelos regimes de Vargas e Salazar, qual seja: a de situar o presente, o momento cultural legado pela “unidade do poder”, como um contínuo na trajetória histórico-nacional do país, trajetória essa – levando-se em consideração a tradição imperial, componente básico da prova de que os regimes autoritários instituídos estavam em sintonia com os valores formadores do caráter nacional – marcada por “fissuras” tanto em Portugal, com a Proclamação da República Portuguesa, resultado do ato revolucionário que pusera fim à monarquia em 1910, como no Brasil, com a instauração, em 1889, do

regime republicano.

As mensagens que os regimes transmitiam carregavam freqüentemente a idéia da luta contra os “inimigos” externos, estranhos às estruturas que, sob o fecundo amparo dos valores historicamente dados (tal como a organização governamental mediante a égide do chefe único e os valores nacionais como causa primeira a determinar ações empreendidas no e pelo Estado), impunham, com força e regra, um perfil ao cenário político capaz de realizar o ajuste do tempo presente com o passado.

Em suma, à guisa de conclusão, convém deslindar o fato de que o estudo da revista *Atlântico*, por ora matizado em alguns aspectos, não tem por objetivo inviabilizar a existência de um projeto cultural no corpo deste periódico. Porém, cumpre considerar que esse mesmo projeto recebeu uma roupagem política, delimitando seu espaço de atuação em consonância com as propostas e os temas que constituíram o fulcro da plataforma política salazarista e varguista. Nesse sentido, *Atlântico* não deixa, em seu conjunto, de ser substancialmente uma publicação orientada segundo os objetivos que constituíram os alicerces sobre os quais assentaram-se as propostas dos regimes vigentes em Portugal e Brasil durante a década de 40 do século XX.

## Referências bibliográficas

- CAMILOTTI, C. Virgínia; NAXARA, Márcia Regina Capelari; SILVA, Fernando Teixeira da (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.
- CANCELLI, Elizabeth. O poder da polícia e o mundo da prisão na Era Vargas (1930-1945). In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, jul./ dez. 1992.
- \_\_\_\_\_. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. 2ª ed. Brasília: UNB, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil e os outros: estranhamento, humilhação, memória e política*. Trabalho apresentado para o Concurso de livre-docência. Departamento de História/USP, 2008.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998 (Coleção Textos do tempo).
- \_\_\_\_\_. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2005, p. 183-213.
- CARONE, Edgard. *A terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.
- DE LUCA, Tania Regina. História nas e das revistas. In: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos/Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960.
- \_\_\_\_\_. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 50ª ed. São Paulo: Global, 2005 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil-1).
- GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas*. Influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Edições Símbolo, 1977.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e Historiadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.



GOMES, Ângela M. C.; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MENDES JR, Antonio de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro. et. all.. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 225-254.

MOISÉS, Massaud. *A Literatura Portuguesa*. 35ª edição. São Paulo: Cultrix, 2008.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PASCHKES, Maria Luisa de Almeida. *A ditadura salazarista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAULO, Heloisa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994 (Coleção Minerva-História 11).

\_\_\_\_\_. Salazar: a elaboração de uma imagem. In: *Revista de História das Idéias*. Vol. 18, 1996, p. 245-275.

PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

ROCHA, Clara Crabbé. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: IN-CM, 1985.

ROSAS, Fernando. *História de Portugal. O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 5ª ed. Mem Martins: Publicações Europa - América, 1979.

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL. *O Império colonial português*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1942.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru-SP: Edusc; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001 (Coleção História).

\_\_\_\_\_. *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263.

**Fonte**

*Atlântico*, nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942 a Abril de 1945 (Primeira Série).

- 1 O presente artigo é parte integrante do segundo capítulo da dissertação de mestrado intitulada “Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista *Atlântico* (1941-1945)”, desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo sob a orientação da prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Elizabeth Cancelli.
- 2 *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942. *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942. De acordo com Clara Crabbé Rocha: “O título duma publicação periódica é, desde logo, o seu cartão de apresentação: é ele que designa e individualiza a publicação, é por ele que o leitor trava relações com ela, é a sua permanência que constitui um dos sinais indicativos de que se trata de uma revista”. ROCHA, Clara Crabbé. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: IN-CM, 1985, p. 147. Por isso, a eleição da palavra *Atlântico* para intitular a revista surgida do Acordo Cultural de 1941 é bastante sintomática e reveladora do seu campo de observação.
- 3 São nulos os trabalhos que destinaram um espaço consubstancial à análise sistemática da dinâmica e dos objetivos subjacentes à publicação da revista *Atlântico* – o que consiste na proposta da presente pesquisa. Faz-se aqui menção a alguns trabalhos que, apenas *en passant*, destinaram algumas linhas à análise sumária do acordo cultural luso-brasileiro, sendo a menção ao periódico em questão feita apenas no sentido de situá-lo como um dos elementos deste acordo. Eis, pois, os trabalhos: *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*, de Heloisa Paulo (1994), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, tese de doutoramento defendida por Carmem G. Burgert Schiavon na PUCRGS, em Dezembro de 2007, e *Revistas literárias do século XX em Portugal*, de Clara Rocha (1985). Nesta última, depreende-se que, da análise empreendida pela autora, há o esforço de inserir a *Atlântico* no rol maior das produções de “ideologia reacionária”, isto é, no âmbito das publicações que, a exemplo de *Panorama* (1941), *Aqui e Além* (1945) e *Cidade Nova* (1949), tiveram como cerne a difusão da “ideologia dominante”. Cumpre observar ainda que algumas notas sobre o acordo cultural e também sobre a revista *Atlântico* foram divulgadas pela Revista Brasil-Europa, como se pode constatar pelo endereço eletrônico <http://www.revista.brasil-europa.eu/110/Acordo-Luso-Brasileiro.htm>.
- 4 O acordo foi noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em matéria do dia 05 de setembro de 1941.
- 5 A partir de 1944 o órgão será designado Secretariado Nacional da Informação (SNI).
- 6 Os sucessores de Lourival Fontes na direção do DIP foram o major Coelho dos Reis, de agosto de 1942 a julho de 1943, e o capitão Amílcar Dutra de Menezes, o qual figurou na direção do órgão até sua extinção, que ocorreu em maio de 1945.
- 7 *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 180-181.
- 8 Cabe assentar aqui os termos que definiram o “Artigo 3<sup>o</sup>”: “Este artigo entrará em vigor na data da sua assinatura, devendo, em 31 de Dezembro de 1941, encontrar-se completamente organizados e em normal funcionamento os serviços e atividades nele previstos”.
- 9 Sobre a nova série, assim refere-se o Secretário da Redação, José Osório de Oliveira: “*Atlântico*’, numa nova fase, passará a ser mais freqüente e mais acessível, para melhor realizar a sua missão. O nosso propósito não foi fazer um álbum, mas uma antologia. De aqui em diante, procuraremos fazer, acima de tudo, uma publicação periódica, que, sem concessões ao transitório, seja atual, na medida em que ‘atual’ significa vida, e não efemeridade ou sujeição às circunstâncias.” Notas. In: *Atlântico* nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 199. Após a primeira e a “nova série” (ou segunda série), fora publicada uma terceira e última, que compreende o período de 1949 a 1950.
- 10 O recorte temporal previsto para este trabalho obedeceu à incidência dos fatos históricos que marcaram o Estado Novo, regime político imposto ao país por Getúlio Vargas sob carta constitucional de 10 de novembro de 1937, assim como a década de 1940 do Estado Novo português. De uma forma geral, a análise tem como um dos pontos de partida os fatos que marcaram a esfera política portuguesa e brasileira durante a Segunda Guerra. Sendo assim, optou-se por analisar os números da revista *Atlântico* que abrangem o período de 1942 a 1945.
- 11 Nas “Notas”, veiculadas ao final de cada número, o primeiro número da revista *Atlântico* (mai./ 1942) emite o seguinte informativo: “Esta revista, porque é luso-brasileira, tem dois diretores: um português, o outro brasileiro, mas, em vez de refletir direções distintas, procurará realizar o ideal de uma direção comum, como são comuns, a Portugal e ao Brasil, o patrimônio histórico, a língua, a cultura intelectual e tantas manifestações do sentimento”. O excerto transcrito encontra-se na página 170.
- 12 *Atlântico*, nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 170.
- 13 Apenas a título de nota – pois o esforço circunscreve-se mais ao entendimento da dinâmica da revista do que mesmo viabilizar sua compreensão enquanto “entidade”, caminho que quase sempre impele o pesquisador desse gênero a formulações inconclusas – cumpre observar que a revista *Atlântico* apresentou-se em sua primeira série sempre com idênticas dimensões (27,5 x 20,5 cm), mantendo uma média de cento e setenta a duzentas páginas por número -- em sua segunda série, a revista ganhou uma nova dimensão (24,5 x 18,5 cm). Quanto aos dados que concernem a sua publicação, cumpre sublinhar que não houve “data certa de publicação”. Na parte superior da capa era impresso o nome da revista (escrito com letras grandes), ao que se seguia a inscrição “Revista Luso-Brasileira”. Já na parte inferior, com letras menores, veiculava-se a inscrição: “Edição do Secretariado da Propaganda Nacional – Lisboa - e do Departamento de Imprensa e Propaganda – Rio de Janeiro”. Na parte interna segue uma página que discrimina o número e o ano da revista. No verso dessa mesma página, fixou-se nome dos diretores, do secretário de

redação e, seguidamente, do diretor artístico. Após, um sumário que ocupa invariavelmente duas páginas, pelo qual se perscruta o nome dos colaboradores e do material por eles escrito.

- 14 Vale, a título de comparação, bem como no sentido de reforçar o tipo de análise empreendida acerca da revista *Atlântico*, mencionar o fato de que, de forma idêntica ao que se dera nesta, a revista *Cultura Política* “reuniu as correntes mais heterogêneas da intelectualidade brasileira”, polarizando entre escritores “representantes da extrema direita católica e comunistas”. No discurso defendido pela revista alegava-se, portanto, a aceitação e colaboração de “todos, independentemente de seu cunho ideológico”, o que não a isentou, embora congregue um feixe heterogêneo de escritores, de atuar enquanto reduto de produção do discurso ideológico do Estado Novo. Tanto os trechos selecionados como as idéias aqui elaboradas encontram-se em CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2005, p. 210.
- 15 *Atlântico*, nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 211.
- 16(...) jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (...) **Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas**, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores (DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. Grifo da autora).
- 17 No caso de Portugal, a “Segunda Guerra levanta questões importantes em termos da orientação a ser levada a cabo pelo regime, no que respeita ao próprio posicionamento adotado por Portugal perante a Europa, e vai suscitar, de igual forma, com a derrota dos regimes fascistas, uma reformulação do regime” (PAULO, Heloisa, Op. cit., p. 41). Já no Brasil, o “conflito internacional colocara para Vargas a necessidade de ações que refletissem claramente, no plano internacional, sua preferência entre as democracias liberais e os regimes totalitários. No plano político, Vargas não deixou dúvidas sobre suas simpatias pelos regimes fortes” (D’ÁRAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 46). Vide, a respeito da “ambivalência” do Brasil em relação aos EUA e à Alemanha, GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas*. Influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Edições Símbolo, 1977.
- 18 Maria Helena Capelato, ao analisar a trajetória da imprensa brasileira durante o período republicano, chama a atenção para o fato de serem dois os aspectos que encerram a especificidade da imprensa, e, de um modo geral, das atividades a ela vinculadas: “Cabe, finalmente, salientar que a imprensa se configura como um veículo de ideologia muito particular. Sua especificidade reside no fato de que ela se expressa em dois campos: nas informações (notícias) e nas idéias (contidas nos editoriais e artigos). Esses dois aspectos da imprensa não se excluem, ao contrário, entrecruzam-se.” CAPELATO, M. Helena R. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: CAMILOTTI, C. Virgínia; NAXARA, Márcia Regina Capelari; SILVA, Fernando Teixeira da (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.
- 19 Uma das atribuições do SPN/SNI circunscreveu-se à proteção do “espírito” português. Assim, coube a este aparelho, munido de forte apelo nacionalista, canalizar o sentimento do povo português rumo aos ideais que governavam a Nação, em outras palavras, “divulgar o espírito de unidade que preside a obra realizada e a realizar pelo Estado Novo” (PAULO, Heloisa, Op. cit., p. 73). Nesse sentido, a produção cultural veiculada pelo Estado Novo obedecia à matriz ideológica do regime, matriz essa assente na defesa da ordem, da hierarquia, do catolicismo, do respeito à imagem do chefe, do nacionalismo e do “ser português”.
- 20 Considera-se importante estabelecer aqui a distinção do que avaliamos como alusões sobre o “império” cristalizadas no interior de *Atlântico*. Quando assim se verificar em relação ao Brasil, estamos chamando a atenção para a referência (ditada pela demonstração dos valores, e nunca o contrário) a uma forma de governo, o regime imperial vigente entre 1822 e 1889 (apontado como a raiz do sistema político brasileiro, ponto coerente com a história iniciada pelos portugueses durante o processo de colonização, coerência rompida com a República). Assim, as constantes alusões ao período colonial, aos feitos oriundos da ação política de um soberano (D. João VI, por exemplo), bem como às instituições resultantes da administração imperial, enfeixam um conjunto de elementos que permitem sinalizar para a validade da experiência centralizadora em solo brasileiro. Ao termo “império”, no caso português, referimo-nos ao conjunto das possessões ultramarinas conquistadas a partir do século XV e vigentes mesmo durante o período de difusão da revista *Atlântico*. A manutenção do domínio sobre essas regiões revelaria a legitimidade do Estado Novo instituído por Salazar, ao mesmo tempo em que permitiria descortinar a continuidade da obra desenvolvida por este em relação aos “inícios da obra de colonização”, obra essa fruto da ação dos monarcas portugueses: “da Madeira com o Infante D. Henrique; dos Açores com D. Afonso V; das ilhas do Atlântico central com D. João II e D. Manuel; do Brasil com D. João III; de Angola com D. Sebastião” (SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL. *O Império*

*colonial português*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1942, p. 15). Tornar clara essa associação foi, pois, um dos intentos abraçados pela propaganda oficial, conforme se depreende da citação a seguir: “Mas é precisamente esse maior esforço, essa dedicação a servir o Império, o que se pretende criar com esta compreensão da realidade que é o nosso Império Colonial Português. E a primeira condição para que essa compreensão seja exata é sabermos todos que, em verdade, o atual Império nasceu e se desenvolveu de acordo com as mais constantes e fecundas forças atuantes da nossa história. E (...) para que a nossa época corresponda a todas as possibilidades de grandeza que lhe foram deixadas pelo passado é tomarmos consciência plena e segura da verdade viva da nossa história, das forças que criaram o presente e das diretrizes – únicas fecundas – que apontam ao nosso esforço para que se realize o futuro de acordo com o que tem raízes verdadeiras no passado” (Ibidem, p. 10-12). Consoante a isso, *Atlântico* fez da colonização portuguesa uma abordagem corriqueira em suas páginas.

- 21 É oportuno fazer aqui o balanço das obras cuja análise incidiu, em alguns tópicos, no estudo da cultura e das tradições no interior do sistema de propaganda autoritária. Assim, Maria Helena Rolim Capelato (1998), na obra *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*, escreve: “A ideologia estadonovista valorizava o popular, invertendo um discurso que sempre imputou ao povo a responsabilidade dos males do país” (p. 139). Luís Reis Torgal (1989), em *História e Ideologia*, por sua vez, confere destaque ao fato de que “O nacionalismo que repassava a ideologia salazarista não poderia deixar de mitificar os valores históricos portugueses e de apresentar a expansão ultramarina como uma gesta heróica e transcendente” (p. 186). Adensando a análise, sustenta que “temática ultramarina foi particularmente considerada. E como poderia deixar de sê-lo, se o Salazarismo sempre encarou o 'Império' como suprema expressão da criatividade lusiada, como a realização mais exaltante do nosso gênio ecumênico, como a mais acabada exemplificação da vocação missionária e civilizadora de Portugal?” (p. 188). Já Heloísa Paulo (1994), *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, p. 82-83, esclarece, acerca das formas de representação do popular pelos sistemas de propaganda salazarista: “Os estudos acerca da “cultura popular”, do folclore, que são produzidos por intelectuais e especialistas, servem para compor o “rostro” oficial do “povo”, ganhando um caráter utilitário quando se trata de recuperar festas e costumes populares, reavivar ou mesmo “criar” tradições que se identificam com a visão que o Estado Novo procura perpetuar do quotidiano popular” (p. 82). Concluindo, a autora aclara a noção de que o “regime procura, desta forma, aproximar-se do povo, mostrar-se conhecedor dos seus costumes e realidades” (p. 83).
- 22 *Atlântico*. nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 368.
- 23 “Pela primeira vez, no Mundo se assinou, com a chancela oficial de um Chefe de Estado, um instrumento diplomático de índole estrita e exclusivamente espiritual. Em vez de artigos de importação e exportação, dois Governos prometeram trocar idéias – não abrir portas, mas rasgar janelas.” *Atlântico*. nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 203. Muito embora seja apregoada a ênfase no labor espiritual e cultural da revista *Atlântico*, existe mesmo uma defesa do vínculo entre trabalho intelectual e política, conforme o exemplo extraído de alguns artigos, como “Apontamentos sobre cultura e ação”, de Eduardo Freitas da Costa, “Uma nova geração”, de Álvaro Lins, Defesa do gênio poético português, de João de Castro Osório. e “Ideário contemporâneo”, de Delfim Santos. Ao comentar o labor intelectual de Marcelo Caetano e San Tiago Dantas, Eduardo Freitas da Costa pondera: “Compreende-se, pois, que – sendo estes dois professores, eles próprios, exemplos de uma cultura que se lança na ação – ensinam o aproveitamento das forças intelectuais na construção política (...) Em presença de tudo que lhe pede, em presença de tudo que dele se espera, o dever do intelectual assume caráter de missão” (*Atlântico*. nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 363). Por sua vez, Álvaro Lins, defende a sentença de que o “escritor ou o artista de hoje se sente assim ameaçado duplamente: na realização da sua obra e nas condições sociais que a tornam possível. São dois caminhos convergentes: o da arte em si mesma e o da vida social e política. Qualquer um dos dois isoladamente constituirá uma traição contra o outro. Qualquer confusão entre os dois implicará da mesma forma um desvirtuamento da missão intelectual.” (Idem, p. 350). Já João de Castro Osório, ao sair em defesa do “gênio poético nacional”, conclama: “Será uma inteira campanha de cultura e nacionalismo (palavras que no atual momento histórico do mundo tem em Portugal o mesmo significado)” (*Atlântico*. nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 52). Delfim Santos, ao tratar a paridade entre cultura e política, defende: “Deixemos de lado a sua análise e terminemos estas considerações rápidas com a caracterização do que hoje é predominante na cultura atual: a política” (*Atlântico*. nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 66).
- 24 *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1942, p. 74-84.
- 25 *Atlântico*, nº 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 186-188.
- 26 *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 12. Grifo nosso.
- 27 Idem, ibidem.
- 28 *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 44-49.
- 29 Idem, p. 48.
- 30 Idem, p. 49.
- 31 *Atlântico*. nº 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 36.



- 32 *Atlântico*, nº 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 53-61.
- 33 *Atlântico*, nº 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 195-196.
- 34 *Atlântico*, nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 70-73.
- 35 *Atlântico*, nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 74-84.
- 36 *Atlântico*, nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 163-166.
- 37 “OLIVEIRA, José Osório de. “Bernado Guimarães (prefácio recusado)”. In: *Atlântico*, nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 177-178.
- 38 Idem, p. 164.
- 39 *Atlântico*, nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 211-217.
- 40 *Atlântico*, nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 218-225.
- 41 *Atlântico*, nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 15-21.
- 42 *Atlântico*, nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 22-26.
- 43 *Atlântico*, nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 231-233.
- 44 Idem, 231.
- 45 *Atlântico*, nº 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 98.
- 46 Idem, p. 100.
- 47 Idem, p. 102.
- 48 *Atlântico*, nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 226-230.
- 49 Idem, p. 227-228.
- 50 *Atlântico*, nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 68-80.
- 51 Idem, p. 79.
- 52 *Atlântico*, nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 344-346.
- 53 Esse é trabalhado pela peça especificamente em seu quinto quadro, designado “Ressurreição”: “Momento supremo! Envolvido num coro sobrenatural de vozes da terra e do céu, harpas e sinos tangidos por mãos de anjos, D. Sebastião já não é o simples rei de um reinado infeliz e breve, é o rei da nossa eterna soberania, a certeza da nossa ressurreição! Pouco a pouco, a névoa do sonho, da lenda, vai escondendo, ocultando o vulto gentil do rei de Portugal e já príncipe do Céu... Mas que importa? Pode escondê-lo inteiramente, pode encobri-lo! Nós sabemos que D. Sebastião, sentinela da pátria, vela por nós atrás da bruma...Distante e perto, ausente e presente! Não Fomos, portanto, vencidos em Alcácer-Quibir: vencemos para sempre, vencemos sempre!...”. In: FERRO, António. D. Sebastião. In: *Atlântico*, nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 162.
- 54 Ibidem, p.157.
- 55 Ibidem, p. 158-159.
- 56 CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas*. Notas de Hernani Cidade. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002, Canto Primeiro, p. 13-14.
- 57 Os argumentos arrolados acerca dessa questão foram tomados de empréstimo de PAULO, Heloisa. Op. cit.
- 58 *Atlântico*, nº 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 2 e 3.
- 59 *Atlântico*, nº 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 183.
- 60 Salazar tornou o que acreditava ser a singularidade da colonização portuguesa uma constante dos seus discursos. Neste sentido, registrou que “a nossa ação ultramarina antecedeu de alguns séculos a revolução industrial, foram desde logo diferentes os objetivos: a par do fomento do comércio, orientamo-nos sempre, no contato com as populações locais, pelo ideal de igualdade do homem perante Deus e a lei, qualquer que fosse a sua raça, e pelo estabelecimento de laços de solidariedade humana que transcendiam o plano dos interesses materiais (...) É aí que reside a diferença entre a ação ultramarina de Portugal e a dos outros países europeus que tiveram ou ainda têm colônias”. In: SALAZAR, António de Oliveira. *Pensamento e doutrina política: textos antológicos*. Lisboa: Verbo, 1989, p. 245-246
- 61 Importa assinalar que o desenrolar da Segunda Guerra acirrou o sentimento anticolonialista. Neste sentido, para um país colonialista como Portugal, a aliança com o Brasil converteu-se numa obra de fundamental importância para a propaganda da eficácia portuguesa no que concerne à administração das áreas coloniais. A nação a qual o Brasil havia se transformado, considerado a “suprema criação de Portugal”, “glória de sua energia e do seu gênio político”, era vista como exemplo cabal da contribuição portuguesa ao desenvolvimento de algumas sociedades.
- 62 Seguem, na íntegra, os excertos pelos quais Gilberto Freyre, na obra “O mundo que o português criou”, trabalha a unidade de cultura entre os portugueses e as regiões colonizadas: “Essa unidade íntima, de sentimento, e externa, de cultura nas suas formas mais evidentes e concretas, é consequência dos processos de colonização portuguesa que na Ásia como no Brasil, nas ilhas do Atlântico e até certo ponto na África, desenvolveram nos homens as mesmas qualidades essenciais de cordialidade e de simpatia características do povo português – o mais cristão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores.” E os que se encarregariam pela manutenção dessa unidade seriam “todos os escritores de Portugal, do Brasil, da África e da Índia Portuguesa, dos Açores, da Madeira, de Cabo Verde”. FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil*

- com Portugal e as colônias portuguesas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 42 e 65.
- 63 *Atlântico* nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 188.
- 64 *Idem*, p. 188-189.
- 65 De acordo com Gilberto Freyre “O português foi por toda parte, mas sobretudo no Brasil, esplendidamente criador nos seus esforços de colonização” (...) “Esse caráter humano da colonização portuguesa, se no Brasil é que teve a sua expressão mais larga e ao mesmo tempo mais feliz, é, entretanto, comum à obra colonizadora de Portugal”. FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 43-45.
- 66 PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951–1974). In: *Revista UFG*, Junho 2009, Ano XI, nº 6, p. 147.
- 67 *Ibidem*, p. 174.
- 68 *Ibidem*, p. 151.
- 69 FREYRE, Gilberto. “Integração portuguesa nos Trópicos.” In FREYRE, Gilberto. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Belo Horizonte: *Revista Brasileira de Estudos Políticos* / Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960, p. 74.
- 70 FREYRE, Gilberto. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, p. 88.
- 71 “Relação étnica nos mitos brasileiros”, de Luís da Câmara Cascudo, escritor voltado aos estudos das tradições e dos mitos brasileiros, esbarra com as idéias presentes na obra de Gilberto Freyre, isso ao versar sobre a “mitologia brasileira”, inserindo-a como elemento resultante da formação tripartite do Brasil: “Os mitos brasileiros vêm de três fontes essenciais: -- portuguesa, indígena e africana.” *Atlântico*. nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 15.
- 72 PINTO, João Alberto da Costa, *Op. cit.*, p. 145.
- 73 CHAVES, Rita. Colonialismo e vida literária no império português. In: *Literatura e Sociedade*. Revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. FFLCH/USP, nº 6, 2001-2002, p. 3.
- 74 Notas. In: *Atlântico* nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 172.
- 75 Jeane de Cássia Nascimento Santos, partindo da análise da produção literária com fins propagandísticos durante o Estado Novo, observa: “Nesse contexto político, verificamos, em Portugal, o incentivo a uma produção literária, denominada Literatura Colonial, que além de servir como meio de propaganda da ideologia do regime, seduz uma parte da população atraída por aventuras e exotismo”. SANTOS, Jeane de Cássia Nascimento. Literatura colonial portuguesa: espaço, poder e imperialismo. In: *Revista Fórum identidades*. Ano 3, Volume 5, janeiro-junho. de 2009, p. 47.
- 76 Notas. In: *Atlântico* nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 172. “O fator português na Independência do Brasil”, de Heitor Lyra, contem os traços que permitem o reforço dessas idéias. Seu foco, assente na defesa da contribuição portuguesa na independência do Brasil, pretende tornar inteligível tanto a aliança historicamente constituída entre ambos os países quanto o caráter ímpar do processo que desencadeou na emancipação brasileira frente às cortes portuguesas. Porém, ao focar esse processo, exime o histórico de litígios a ele subjacente, criando uma imagem conciliatória e avessa a conflitos. Proporciona, da mesma maneira, volume ao Império português, isso na medida em que situa a participação portuguesa, sob a chancela do governo monárquico, como “fator” de inegável cooperação na consecução do referido processo, eximindo qualquer atribuição de inoperância e displicência da Monarquia lusitana no que concerne ao rompimento das amarras colonialistas com o Brasil. LYRA, Heitor. O fator português na Independência do Brasil. In: *Atlântico*. nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 45-48.
- 77 SILVEIRA, Paulo. Baía. In: *Atlântico* nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 265. Importa assinalar que medidas de ordem política, bem como aquelas mais estritamente assentes no âmbito das atividades culturais, tinham, no núcleo do Estado Novo português, o objetivo de “subtrair argumentos aos que contestavam a nossa capacidade de colonizadores, depreciando deste modo os direitos históricos como fundamento de soberania. Daí a importância política de se reivindicar a herança dos Descobrimentos como prova da própria missão de Portugal no mundo. Em articulado de clara marca ideológica, a Constituição de 1933 impunha que “é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos descobrimentos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua colonização (...). CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis, *Op. cit.*, p. 258.
- 78 FARIA, Dutra. O homem e a paisagem nos Açores. In: *Atlântico* nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 168.
- 79 *Idem*.
- 80 SOUSA, Neves. Paisagens de Angola. In: *Atlântico* nº 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 181-182.
- 81 Conforme Sérgio Lira: “E o nacionalismo do Estado Novo, fundado (entre outros parâmetros) na veneração dos feitos ancestrais dos heróis mitificados da história pátria, exigiu a definição do que se considerava verdadeiramente “Português”. Verdadeiramente português eram os atos de bravura da Reconquista, ou as navegações dos Descobrimentos...” LIRA, Sérgio. *O nacionalismo do Estado Novo e a arte popular: reflexões sobre a obra de Rosa*

Ramalho, p. 1. Disponível em: [http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/rosa\\_ramalho.pdf](http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/rosa_ramalho.pdf). Acesso em 25 de fevereiro de 2010. No que toca ao caso brasileiro, durante o Estado Novo, e sob forte impulso do sistema de propaganda, “Criaram-se novos mitos e fortaleceram-se os velhos símbolos, dando-lhes uma roupagem oficial e, muitas vezes, científica. Recuperaram-se valores dentre os quais o culto aos heróis, líderes e símbolos da pátria; à nacionalidade, à disciplina, à moral, ao trabalho e aos valores do catolicismo tradicional”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945). 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 124.

82 SILVEIRA, Luís. Índices da cultura portuguesa contemporânea. In: *Atlântico* nº 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 187.

83 *Ibidem*, p. 188.

84 PAULO, Heloísa, *Op. cit.*, p. 106. Apenas como reforço à idéia exposta, pugna da obra de Gilberto Freyre o empenho em acentuar a percepção de que foi “o português o primeiro europeu a aventurar-se não só por terras como por zonas de sensibilidade e de experiências nunca dantes tocadas por cristãos da Europa”. VELLINHO, Moysés, *Op. cit.*, p. 530.

85 SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL. O Império colonial português. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1942, p. 91. Nesse sentido, a conquista de Marrocos foi apontada “como tentativa de uma vitória que seria a de toda a Cristandade” (*Ibidem*, p. 16).

86 LOPES, Edmundo Correia. Segundo capítulo de música negra. In: *Atlântico* nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 191-193.